



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas de

Analista
Área Economia

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

[Uma espécie complicada]

O grande biólogo norte-americano Richard Dawkins acredita sem qualquer hesitação na teoria de Darwin acerca da sobrevivência dos mais fortes e capazes e na importância da adaptação a mutações fortuitas na evolução das outras espécies, mas se declara contra a ideia do darwinismo social na evolução da sua própria espécie. Aceitar o darwinismo social seria aceitar posições conservadoras em matéria de política e economia, o que vai contra suas convicções progressistas.

Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin sobre a origem e o desenvolvimento das espécies, pregam o darwinismo social sob vários nomes: liberalismo, antidirigismo, antiassistencialismo etc. A sobrevivência, portanto, dos mais competitivos e sortudos, como no universo neutro de Darwin.

Esquerda progressista e direita conservadora trocam incoerências. A direita abomina a ideia de que o homem descende de animais inferiores, mas não tem problema com a ideia de que ele deve seu progresso à ganância que tem em comum com os chimpanzés. A esquerda aceita a ascendência de macacos e a evolução da sua espécie, mas não quer outra coisa senão um planejamento inteligente, humanista, para organizar a sua sociedade.

Progressistas costumam ser a favor do direito do aborto e contra a pena de morte. Conservadores, que denunciam a interferência indevida do Estado na vida das pessoas, invocam a santidade da vida para que o Estado proíba o aborto, e geralmente são a favor da pena de morte, a mais radical interferência possível do Estado na vida de alguém. Enfim, seja como for que chegamos a isto, somos uma espécie complicada.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 163-164)

1. Richard Dawkins, em relação à teoria darwinista, acredita que
 - (A) a evolução das espécies ocorre na disputa entre elas, ao passo que no caso do homem se dá no interior de específicas comunidades.
 - (B) na espécie humana a competição evolutiva de fato significativa ocorre mais na vida social que no aprimoramento biológico.
 - (C) a evolução social dos homens ocorre para além dos mesmos princípios de mutação que condicionam a evolução das demais espécies.
 - (D) a vida política é determinada pelos homens com critérios evolutivos semelhantes aos da preservação de outras espécies.
 - (E) a evolução biológica é determinante para que todas as espécies alcancem, cada uma em seu nível, um grau superior de sociabilidade.
2. As incoerências da esquerda progressista e da direita conservadora, de que trata o terceiro parágrafo, resultam do fato de que ambas as posições
 - (A) convergem nas teses fundamentais, mas dão maior peso às diferenças ocasionais.
 - (B) podem ser tendenciosamente maleáveis no estabelecimento dos valores que defendem.
 - (C) mostram desinteresse por compromisso com qualquer valor social mais consequente.
 - (D) divergem quanto aos métodos de atuação, mas não quanto aos ideais perseguidos.
 - (E) relutam em fazer qualquer acordo público, mesmo quando defendem idêntica tese.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mutações fortuitas na evolução* (1º parágrafo) // transformações taxativas da progressão
 - (B) *aceitar posições conservadoras* (1º parágrafo) // ir de encontro a teses retrógradas
 - (C) *aceita a ascendência de macacos* (3º parágrafo) // acata a superioridade de símios
 - (D) *deve seu progresso à ganância* (3º parágrafo) // assume como vitoriosa sua ambição
 - (E) *denunciam a interferência indevida* (4º parágrafo) // acusam a intromissão inoportuna



4. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido de um segmento do texto caso se venha a
- (A) excluir as vírgulas em *Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin (...), pregam o darwinismo social* (2º parágrafo).
 - (B) substituir o elemento sublinhado em *o que vai contra* suas convicções progressistas (1º parágrafo) por **o que ratifica**.
 - (C) substituir a construção *não quer outra coisa senão um planejamento* (3º parágrafo) por **não abre mão além de um planejamento**.
 - (D) iniciar com a forma verbal **Pregam** o período que começa por *A sobrevivência, portanto* (...) (2º parágrafo).
 - (E) substituir a expressão *Já os conservadores* (2º parágrafo) por **Mesmo os conservadores**.
-
5. Todas as formas verbais observam as normas de concordância e a adequada articulação entre tempos e modos na seguinte frase:
- (A) Richard Dawkins não aceitou que a teoria darwinista, em cujas formulações se explica a evolução das espécies, fosse extensiva à evolução social do homem.
 - (B) A se acreditarem nas ideias de um darwinismo social, dever-se-ão aceitar uma série de teses conservadoras, abominadas pela esquerda.
 - (C) Caso a esquerda e a direita não trocassem tantas incoerências, será menos problemático reconhecer os valores reais em que cada uma delas acreditasse.
 - (D) Supondo-se que a ala dos conservadores possam um dia aceitar a tese evolucionista de Darwin, seja mais fácil para ela defenderem a teoria de um darwinismo social.
 - (E) Questões vitais, tais como as que impliquem a polêmica sobre o aborto e a pena de morte, não dizia respeito apenas a um código, mas aos mais altos valores éticos.
-
6. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nem sempre é fácil de distinguir entre teses, progressistas ou conservadoras, se ambas carecem de clareza onde busquem determinar seus princípios básicos.
 - (B) Dawkins buscou ser escrupuloso ao rechaçar na teoria de Darwin, o desafio de aceitar para a condição humana o que era legítima propriedade das outras espécies.
 - (C) O papel do Estado costuma ser debatido e identificado segundo a crença daqueles que avaliam a iniciativa estatal com base na ideologia que defendem.
 - (D) Não se espere que conservadores e progressistas vão entrar em acordo senão quando minimizarem as diferenças ideológicas que não os deixam se aproximarem.
 - (E) Dentro da teoria darwinista, um elemento escandaloso, é o de que os chimpanzés possam ser-nos equiparados, como ascendentes de uma mesma espécie fundamental.
-
7. Há adequada transposição de um segmento para a **voz passiva** em:
- (A) *acredita* (...) *na teoria de Darwin* // a teoria de Darwin tem seu crédito.
 - (B) *se declara contra a ideia do darwinismo social* // é declaradamente contrário ao darwinismo social.
 - (C) *pregam o darwinismo social sob vários nomes* // o darwinismo social é pregado sob vários nomes.
 - (D) *Esquerda* (...) *e direita* (...) *trocaram incoerências* // esquerda e direita são incoerentemente trocadas.
 - (E) *Conservadores* (...) *invocam a santidade da vida* // a santidade da vida tem sido invocada por conservadores.
-
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:
- (A) A lei da sobrevivência dos mais fortes (**concorrer**) para a explicação do evolucionismo darwinista.
 - (B) Um valor do qual, via de regra, não se (**afastar**) os conservadores é o da vantagem econômica.
 - (C) O direito de aborto é uma das teses pelas quais (**manifestar**) simpatia o progressista de esquerda.
 - (D) Não (**cabem**) ao Estado tomar iniciativas, segundo os conservadores, no plano dos valores individuais.
 - (E) De todas as considerações feitas pelo autor, (**resultar**) a conclusão de que nossa espécie é de fato complicada.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Sem privacidade

Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares, redes sociais e dispositivos outros das mais variadas conexões? Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio “ouvir conversa alheia”. Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais de todo mundo. Viajando de ônibus, por exemplo, acompanham-se em conversas ao celular brigas de casal, reclamações trabalhistas, queixas de pais a filhos e vice-versa, declarações românticas, acordo de negócios, informações técnicas, transmissão de dados e um sem-número de situações de que se é testemunha compulsória. Em clara e alta voz, lances da vida alheia se expõem aos nossos ouvidos, desfazendo-se por completo a fronteira que outrora distinguia entre a intimidade e a mais aberta exposição.

Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras, o humor de mau gosto disputa espaço com falácias políticas – tudo deixando ver que agora o sujeito só pode existir na medida em que proclama para o mundo inteiro seu gosto, sua opinião, seu juízo, sua reação emotiva. É como se todos se obrigassem a deixar bem claro para o resto da humanidade o sentido de sua existência, seu propósito no mundo. A discrição, a fala contida, o recolhimento íntimo parecem fazer parte de uma civilização extinta, de quando fazia sentido proteger os limites da própria individualidade.

Em meio a tais processos da irrestrita divulgação da personalidade, as reticências, a reflexão silenciosa e o olhar contemplativo surgem como sintomas problemáticos de alienação. Impõe-se um tipo de coletivismo no qual todos se obrigam a se falar, na esperança de que sejam ouvidos por todos. Nesse imenso ruído social, a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo. Pretender identificar-se como um sujeito singular passou a soar como uma provocação escandalosa, em tempos de celebração do paradigma público da informação.

(Jeremias Tancredo Paz, inédito)

9. Diante do fenômeno caracterizado no texto como *irrestrita divulgação da personalidade*, seu autor posiciona-se
- (A) com neutralidade, uma vez que se limita a descrever os novos procedimentos tecnológicos que viabilizaram as várias conexões sociais.
 - (B) com relutância, mas não deixa de encaminhar sua adesão aos meios técnicos que passaram a estabelecer novos vínculos entre as pessoas.
 - (C) de modo a estabelecer um vínculo entre o cuidado que havia com a privacidade e a forma pela qual esta inspirou o estabelecimento de conexões mais produtivas.
 - (D) de modo a confrontar a obsessão moderna pela irrefreável conectividade com a privacidade que era preservada nas relações sociais do passado.
 - (E) de modo a avaliar, com a isenção possível, as perdas e ganhos da nova conectividade social, comparada à inoperância dos velhos canais de comunicação.
-
10. Nos três parágrafos do texto, enumeram-se elementos que caracterizam, exemplificam e qualificam um mesmo fenômeno, tal como ocorre na seguinte sequência:
- (A) *privacidade / espaço público / testemunha compulsória* (1º parágrafo)
 - (B) *variadas conexões / intimidade / aberta exposição* (1º parágrafo)
 - (C) *emoções destemperadas / confissões perturbadoras / limites da própria individualidade* (2º parágrafo)
 - (D) *recolhimento íntimo / civilização extinta / fala contida* (2º parágrafo)
 - (E) *irrestrita divulgação da personalidade / reticências / olhar contemplativo* (3º parágrafo)



11. Considerando-se o contexto, o autor se vale do segmento

- (A) *de que se é testemunha compulsória* (1º parágrafo) para mostrar a disponibilidade de quem se abre para as novas conexões.
- (B) *Em clara e alta voz* (1º parágrafo) para salientar o ostensivo afastamento dos limites da intimidade.
- (C) *civilização extinta* (2º parágrafo) para defender a convicção de que tudo o que é obsoleto merece morrer.
- (D) *recolhimento íntimo* (2º parágrafo) para criar um contraste radical entre esses dois termos.
- (E) *imenso ruído social* (3º parágrafo) para enfatizar a eficácia da comunicação das vozes públicas.

12. Perdeu-se a antiga privacidade, enterramos a antiga privacidade sob os conectores modernos, tornamos esses conectores modernos nossos deuses implacáveis, sob o comando desses conectores modernos trocamos escandalosamente todas as informações mais pessoais.

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) enterramo-la – tornamo-los – sob cujo comando
- (B) enterramos-lhe – tornamo-lhes – sob cujo comando
- (C) enterramo-la – os tornamos – sob o qual comando
- (D) a enterramos – tornamos-lhes – sob o comando deles
- (E) enterramo-lhe – lhes tornamos – sob o comando dos quais

13. Considere as seguintes orações:

- I. Perdeu-se a antiga privacidade.
- II. No lugar da antiga privacidade está uma irrestrita conectividade.
- III. Não há mais recolhimento íntimo duradouro.

Essas orações articulam-se num período cuja redação é clara, correta e coesa em:

- (A) Como não há mais recolhimento íntimo e duradouro, já que a antiga privacidade deu lugar à irrestrita conectividade, ei-la perdida.
- (B) Não havendo mais a antiga privacidade, sem recolhimento íntimo duradouro, está em seu lugar a irrestrita conectividade.
- (C) Uma vez perdida a antiga privacidade, conquanto em seu lugar esteja uma irrestrita conectividade, já não há mais recolhimento íntimo duradouro.
- (D) O recolhimento íntimo duradouro, perdeu-se com a antiga privacidade, em cujo lugar agora é ocupado por uma irrestrita conectividade.
- (E) Já não há recolhimento íntimo duradouro, visto que no lugar da antiga privacidade está agora uma irrestrita conectividade.

14. Está correto o emprego dos elementos sublinhados em:

- (A) As confissões perturbadoras às quais aprendemos a conviver não respeitam nosso direito a um mínimo de privacidade.
- (B) Houve tempos onde era feio e indiscreto ouvir conversas alheias; hoje, propaga-se as falas em voz alta por toda parte.
- (C) Não faltava a aquelas antigas conversas um tom de intimidade, tão raro hoje entre os que ainda lhe são capazes.
- (D) O olhar contemplativo, no qual se dedicavam os viajantes de ônibus, já não flue pelas janelas.
- (E) O vício das conexões, cujas malhas nos envolvem a todos, não é de todo mau, segundo os otimistas.

15. Os elementos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática no seguinte segmento:

- (A) *Nas redes sociais*, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras...
- (B) *Os mais velhos devem se lembrar* do tempo em que era feio "ouvir conversa alheia".
- (C) *Hoje é impossível transitar por qualquer espaço* público sem recolher informações pessoais...
- (D) *Ainda é possível ter* privacidade em meio a celulares (...)?
- (E) *...a* reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Carlos comeu a terça parte de uma pizza. Angelina chegou depois e comeu a metade do que Carlos havia deixado da pizza. Por último, Beatriz chegou e comeu o correspondente à metade do que Angelina havia comido. A fração que sobrou dessa pizza foi
- (A) $\frac{1}{6}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{1}{5}$
- (E) $\frac{1}{12}$
-
17. A razão entre as alturas de dois irmãos era $\frac{3}{4}$ e, nessa ocasião, a altura do irmão mais alto era 1,40 m. Hoje, esse irmão mais alto cresceu 10 cm. Para que a razão entre a altura do irmão mais baixo e a altura do mais alto seja hoje, igual a $\frac{4}{5}$, é necessário que o irmão mais baixo tenha crescido, nesse tempo, o equivalente a
- (A) 13,5 cm.
- (B) 10,0 cm.
- (C) 12,5 cm.
- (D) 14,8 cm.
- (E) 15,0 cm.
-
18. Um grupo de 8 funcionários analisou 32 propostas de reestruturação de um determinado setor de uma empresa em 16 horas de trabalho. Para analisar 48 dessas propostas, em 12 horas de trabalho, um outro grupo de funcionários, em igualdade de condições do grupo anterior, deverá ser composto por um número de pessoas igual a
- (A) 18.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 14.
- (E) 20.
-
19. Joaquim investiu em um fundo de investimento. Após um mês esse fundo havia se desvalorizado 10%. Joaquim quer retirar seu dinheiro do fundo quando houver uma valorização de 8% em relação ao que ele havia aplicado inicialmente. Para que isso aconteça é necessário que esse fundo valorize-se o equivalente a
- (A) 28%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 22%.
- (E) 18%.
-
20. Considere a afirmação:
- Ontem trovejou e não choveu.*
- Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta afirmação é
- (A) se ontem não trovejou, então não choveu.
- (B) ontem trovejou e choveu.
- (C) ontem não trovejou ou não choveu.
- (D) ontem não trovejou ou choveu.
- (E) se ontem choveu, então trovejou.

**Legislação Institucional**

21. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, caberá à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- (A) prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de promoção, remoção e demais formas de provimento derivado.
 - (B) praticar atos próprios de gestão, supervisionados pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em razão da ausência de autonomia administrativa para tanto.
 - (C) praticar atos sobre a situação funcional do pessoal de carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios, ficando a decisão final sobre estes atos a cargo do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
 - (D) propor à Assembleia Legislativa a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, com exceção da fixação dos vencimentos de seus membros e servidores.
 - (E) organizar suas secretarias, núcleos e coordenadorias e os serviços auxiliares das Defensorias Públicas, enviando proposta ao Governador do Estado até o dia 30 de junho de cada ano.
-
22. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/1994, os órgãos de atuação da Defensoria Pública da União, em cada Estado, serão dirigidos por Defensor Público-Chefe, designado pelo Defensor Público-Geral. Ao Defensor Público-Chefe, sem prejuízo de suas funções institucionais, compete, dentre outras,
- (A) remeter, anualmente, ao Corregedor-Geral, relatório das atividades na sua área de competência.
 - (B) delegar a coordenação das atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos Federais que atuem em sua área de competência ao Conselho Administrativo local da Defensoria Pública da União.
 - (C) enviar, mandatoriamente, a cada três meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
 - (D) deferir ao membro da Defensoria Pública da União sob sua coordenação direitos e vantagens legalmente autorizados, por expressa delegação de competência do Defensor Público-Geral.
 - (E) enviar, mandatoriamente, a cada seis meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
-
23. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, no tocante ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) o mandato dos membros nomeados do Conselho Superior esgotar-se-á sempre em 31 de Janeiro, ainda que haja ocorrido retardamento na nomeação ou na posse.
 - (B) o mandato, dos membros do Conselho Superior nomeados pelo Governador do Estado é de dois anos, vedada a recondução.
 - (C) as decisões do Conselho Superior da Defensoria Pública serão tomadas por maioria absoluta, com a presença de no mínimo dois terços de seus membros.
 - (D) o Defensor Público que for nomeado para vaga de Conselheiro que não terminou mandato, iniciará novo mandato e não apenas o completará.
 - (E) compete ao Conselho decidir, por voto de dois terços de seus membros, acerca da destituição do Corregedor-Geral.
-
24. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, ao Corregedor-Geral compete, dentre outras atribuições,
- (A) apresentar ao Defensor Público-Geral, até o dia vinte de fevereiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
 - (B) propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado.
 - (C) integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (D) dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado, com recurso para o Conselho Superior.
 - (E) proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.
-
25. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, o Subdefensor-Geral, será indicado pelo
- (A) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (B) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Defensor-Geral, dentre os membros da carreira.
 - (C) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (D) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.
 - (E) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.



26. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, no tocante à remoção, é correto afirmar que
- (A) a remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral do Estado, no prazo de quinze dias, contados da data em que for publicado na Imprensa Oficial o ato declaratório da vacância.
 - (B) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, ouvido apenas o Defensor Público- Geral do Estado.
 - (C) na remoção a pedido, somente poderá ser deferida a quem já tenha completado dois anos de exercício na Comarca de atuação, excetuando-se os casos de remoção dentro da mesma Comarca.
 - (D) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência não poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, por vedação legal expressa.
 - (E) a remoção precederá o preenchimento da vaga por antiguidade.
-
27. Felícia é servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul e está com matrimônio marcado para a próxima segunda-feira. De acordo com o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, em razão do casamento, Felícia, poderá se afastar por até
- (A) oito dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (B) cinco dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (C) cinco dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (D) oito dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (E) três dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
-
28. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, no tocante ao exercício dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, é correto que
- (A) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e dar-se-á no prazo de até noventa dias contados da data da posse.
 - (B) a nomeação em outro cargo, com a consequente exoneração do anterior, não interrompe o exercício.
 - (C) será obrigatoriamente concedido prazo suplementar de trinta dias para o servidor que não entrar em exercício no prazo legal estabelecido.
 - (D) a readaptação e a recondução interrompem o exercício.
 - (E) seu prazo legal, para os casos de reversão, será contado após 15 dias da data em que a sentença judicial transitar em julgado.
-
29. De acordo com a Lei Estadual nº 13.821/2011, conceitua-se a progressão como a
- (A) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada cinco anos.
 - (B) movimentação do servidor de uma classe para a seguinte, segundo os critérios de merecimento e de antiguidade.
 - (C) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que a progressão é mandatória.
 - (D) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada dois anos.
 - (E) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, condicionada à aprovação na avaliação de desempenho funcional.
-
30. De acordo com a Lei Estadual nº 13.536/2010, à Ouvidoria-Geral compete
- (A) elaborar e, em regra, divulgar relatório anual de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.
 - (B) julgar representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.
 - (C) coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.
 - (D) participar, sem direito a voz, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (E) manter contato esporádico com os vários órgãos da Defensoria Pública do Estado, estimulando-os a atuar em sintonia com os direitos dos usuários, quando cabível.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. No fluxo de renda de uma economia, a organização do processo de produção que cria bens e serviços é atribuída
- (A) às famílias.
 - (B) aos consumidores.
 - (C) às famílias e aos consumidores.
 - (D) às empresas.
 - (E) às famílias locais e dos outros países.
-
32. A curva de transformação auxilia na compreensão dos problemas econômicos. É correto afirmar:
- (A) Quando em pleno emprego e para produzir um bem a mais, precisamos desistir de alguma quantidade de outro bem.
 - (B) A curva de transformação é crescente, em razão de os recursos serem limitados.
 - (C) Os custos são decrescentes, à medida que mais se produz de um bem, porém com menos eficiência.
 - (D) Progressos tecnológicos levam a um deslocamento da curva para a esquerda.
 - (E) Um ponto abaixo da curva significa a existência de sacrifício para que se desista da produção de um bem em favor de outro.
-
33. Considerando uma curva de demanda na forma $Q = a - bP$, é correto afirmar que
- (A) a demanda é perfeitamente inelástica.
 - (B) ela implica em uma elasticidade preço da oferta unitária.
 - (C) a elasticidade preço não é a mesma para todos os pontos.
 - (D) não é possível calcular a elasticidade preço.
 - (E) resulta em uma elasticidade preço cruzada da demanda negativa.
-
34. Em um modelo de liderança de preço,
- (A) a empresa é líder se se verificar que a condição de seus custos são os mais altos.
 - (B) as empresas podem buscar evitar ações antitruste.
 - (C) a empresa líder é tomadora de preço.
 - (D) ser a maior empresa implica na impossibilidade de ela vir a ser a empresa líder.
 - (E) a empresa seguidora buscará seu equilíbrio igualando sua quantidade produzida à produção da empresa líder.
-
35. No processo gerencial das empresas, a variável ambiental
- (A) é desconsiderada no sistema de custo, vez que o lucro independe dessa variável.
 - (B) tem sua identificação impossibilitada no sistema de custos.
 - (C) pode trazer melhoria de imagem junto ao cliente, mas não pode produzir resultado financeiro.
 - (D) garante retorno dos investimentos relacionados, no curto prazo.
 - (E) colabora para a identificação de desperdício de recursos.
-
36. O total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes do país, destinados ao consumo final, corresponde ao conceito de
- (A) renda nacional bruta.
 - (B) valor adicionado líquido pelas unidades residentes e não residentes.
 - (C) produto interno bruto.
 - (D) renda disponível bruta.
 - (E) poupança bruta.



37. Na síntese neoclássica, a curva LM

- (A) revela os pontos onde o investimento se iguala à poupança.
- (B) se desloca para a esquerda quando ocorre uma redução da oferta monetária.
- (C) representa o equilíbrio entre a demanda de moeda para especulação e a demanda de moeda para transação.
- (D) é vertical quando ocorre a armadilha da liquidez.
- (E) tem maior inclinação com uma menor sensibilidade de demanda por moeda em relação à renda.

38. Compete ao Conselho Monetário Nacional

- (A) receber os recolhimentos compulsórios das instituições financeiras.
- (B) realizar operações de redesconto e empréstimos às instituições financeiras bancárias.
- (C) exercer o controle do crédito sob todas as suas formas.
- (D) regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização de instituições financeiras.
- (E) exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas.

39. Fazer com que o orçamento público considere todas as receitas e todas as despesas e que nenhuma instituição governamental fique afastada do orçamento caracteriza o princípio

- (A) do orçamento bruto.
- (B) da exclusividade.
- (C) do equilíbrio.
- (D) da transparência.
- (E) da universalidade.

40. Com relação à execução do orçamento público, as despesas empenhadas e não pagas no exercício financeiro correspondem

- (A) aos restos a pagar.
- (B) à dívida fundada.
- (C) à dívida mobiliária pública.
- (D) aos depósitos reconhecidos como dívida flutuante.
- (E) à dívida fundada inferior a 12 meses, necessitando de autorização legislativa.

41. No processo orçamentário, o crédito extraordinário se caracteriza por ser

- (A) inicial.
- (B) destinado a reforçar uma prévia dotação orçamentária.
- (C) destinado a despesas urgentes e imprevistas.
- (D) ordinário.
- (E) resultante de prévia autorização do Legislativo.

42. Um imposto

- (A) é progressivo quando a participação dos impostos na renda dos agentes diminui conforme a renda aumenta.
- (B) é direto quando incide sobre o preço das mercadorias, independentemente de quem pague o imposto.
- (C) é neutro quando a participação dos impostos na renda dos agentes aumenta conforme a renda aumenta.
- (D) pode ser do tipo valor adicionado, quando é devido apenas sobre o valor agregado ou acrescido.
- (E) não pode contemplar a possibilidade de ter objetivo além do fiscal.

43. Na presença de uma crise interna com deterioração fiscal,

- (A) o regime de câmbio flutuante pode acelerar os benefícios das rendas geradas com as exportações.
- (B) o câmbio fixo contribuirá para a normalização do cenário, já que a crise fiscal não se comunica com os pressupostos desse regime cambial.
- (C) a inexistência de reservas cambiais sinaliza a conveniência de se adotar o regime de câmbio fixo.
- (D) as exportações devem ser coibidas, já que estas causarão desequilíbrios monetários internos.
- (E) políticas contracionistas produzem imediata contribuição para a volta ao crescimento.



44. O *Financial Stability Board*, ou Comitê de Estabilidade Financeira, é hoje uma entidade de destaque no ambiente econômico internacional. O *Financial Stability Board*
- (A) foi estabelecido em 2011, como o sucessor do Comitê de Basiléia para a Supervisão Bancária.
 - (B) promove a estabilidade financeira global, coordenando o desenvolvimento de políticas regulatórias e de supervisão voltadas aos setores financeiros.
 - (C) fornece assistência financeira por meio de empréstimos a países membros que estão enfrentando problemas reais ou potenciais de balanço de pagamentos.
 - (D) é fonte de assistência financeira e técnica aos países em desenvolvimento em todo o mundo.
 - (E) é o principal editor mundial para a regulamentação prudencial dos bancos e fornece um fórum de cooperação em matéria de supervisão bancária.
-
45. As relações de comércio internacional do Brasil sofreram mudanças na década de 1990. A abertura cambial
- (A) se iniciou após o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
 - (B) foi bastante aprofundada no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
 - (C) tem seu início já no final dos anos 80.
 - (D) se limitou ao estabelecimento do regime de câmbio totalmente flexível.
 - (E) foi interrompida no governo do Presidente Fernando Collor.
-
46. Considerando que a economia brasileira mantém o regime de metas de inflação,
- (A) as medidas públicas que busquem afetar as expectativas dos agentes econômicos não são efetivas.
 - (B) um exemplo de medida que pode impactar expectativas se deu com a redução da meta de inflação para 2020, ocorrida em 2017.
 - (C) é fundamental haver a definição legal da taxa neutra, a fim de orientar os agentes econômicos.
 - (D) o compromisso do Banco Central com o combate à inflação tem impacto nulo na formação de expectativas.
 - (E) a redução do horizonte de segurança para o planejamento dos agentes econômicos contribui para reforçar a crença nas expectativas geradas pelas autoridades.
-
47. O índice de liquidez corrente é dado por
- (A) $(\text{Estoque}) / (\text{Passivo Circulante})$.
 - (B) $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$.
 - (C) $(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / (\text{Passivo Circulante})$.
 - (D) $(\text{Disponibilidade}) / (\text{Passivo Circulante})$.
 - (E) $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
-
48. A variação percentual no lucro por ação de uma empresa sobre a variação percentual nas suas vendas corresponde à alavancagem
- (A) total, excluída a alavancagem operacional.
 - (B) financeira.
 - (C) total, excluída a alavancagem financeira.
 - (D) operacional.
 - (E) total.



49. Considere as seguintes informações sobre a empresa ABC, a serem utilizadas para descontar o fluxo de caixa de projetos:
- Capital de terceiros = \$ 450.000,00
Capital próprio = \$ 1.050.000,00
Taxa livre de risco: 10%
Taxa de retorno do mercado: 17%
Beta da empresa: 1,4
Taxa de juros para capital de terceiros, antes dos impostos: 23%
Impostos = 40%
- Com base nessas informações,
- (A) o custo médio ponderado de capital é maior que a taxa de juros para capital de terceiros, antes dos impostos.
(B) o custo médio ponderado de capital é de 20%.
(C) a taxa livre de risco é maior que a taxa de retorno do capital próprio.
(D) a taxa de retorno do capital próprio é de 19,8%.
(E) o custo médio ponderado de capital é menor que a taxa de retorno do mercado.
-
50. Considere que o valor de \$ 10.000,00 possa obter, a partir de hoje, os seguintes montantes, em um determinado produto financeiro: \$ 11.000,00 para um ano; \$ 12.769,00 para dois anos; e \$ 14.162,00 para três anos. A correspondente estrutura a termo de taxas de juros permite afirmar que a taxa
- (A) interna de retorno para dois anos é maior que a taxa interna de retorno para três anos.
(B) correspondente apenas ao período do terceiro ano é maior que a taxa correspondente apenas ao período do segundo ano.
(C) interna de retorno para três anos é menor que a taxa interna de retorno para um ano.
(D) interna de retorno para três anos é maior que a taxa correspondente apenas ao período do segundo ano.
(E) correspondente apenas ao período do terceiro ano é igual à taxa correspondente apenas ao período do primeiro ano.
-
51. Em uma determinada data, Rodrigo decidiu aplicar em uma instituição financeira um capital, durante 8 meses, sob o regime de capitalização simples e a uma taxa de juros de 7,5% ao semestre. No final do período, resgatou todo o montante e separou R\$ 6.000,00 para pagar uma dívida neste mesmo valor. O restante do dinheiro referente ao montante ele aplicou em uma outra instituição financeira, durante 1 ano, sob o regime de capitalização composta e a uma taxa de juros de 5% ao semestre. O valor dos juros desta segunda aplicação foi igual a R\$ 738,00 e representa X% do valor dos juros obtidos na primeira aplicação. O valor de X é de
- (A) 73,80
(B) 61,50
(C) 72,00
(D) 49,20
(E) 59,04
-
52. Em um Plano de Amortização pelo Sistema da Tabela Price, observa-se que a soma dos valores dos juros incluídos na primeira prestação e na segunda prestação é igual a R\$ 979,42. Este plano refere-se à liquidação de um empréstimo no valor de R\$ 25.000,00 concedido para ser pago por meio de 20 prestações mensais, iguais e consecutivas, a uma taxa de juros positiva i . Observa-se também que a primeira prestação tem o vencimento 1 mês após a data de concessão do empréstimo. Sabendo-se que o saldo devedor da dívida imediatamente após o pagamento da segunda prestação apresenta um valor de R\$ 22.921,42, obtém-se que o Fator de Recuperação de Capital – FRC correspondente é igual a
- (A) 0,05956
(B) 0,05100
(C) 0,05608
(D) 0,06116
(E) 0,05202



53. Considerando todos os funcionários da carreira de Economista em um órgão público, verifica-se que 55% são do sexo masculino. Verifica-se também que 37,5% de todos os funcionários desta carreira são formados pela Faculdade X e o restante pela Faculdade Y. Se 20% destes funcionários formados pela faculdade X são do sexo feminino, então se for escolhido aleatoriamente um funcionário da carreira de Economista deste órgão público a probabilidade de ele ser do sexo feminino ou ter sido formado pela faculdade Y é
- (A) 7/10.
(B) 3/5.
(C) 2/5.
(D) 1/5.
(E) 3/8.

54. Um produto tem na sua composição diferentes matérias-primas (X, Y e Z) e o quadro abaixo apresenta os seus respectivos preços (em unidades monetárias) e quantidades nas épocas 0 (passado) e 1 (atual).

Matéria-prima	Época 0		Época 1	
	Preço	Quantidade	Preço	Quantidade
X	2	10	5	15
Y	6	20	9	20
Z	5	12	10	20

Utilizando as informações deste quadro, tem-se que os correspondentes índice de preços de Laspeyres e o índice de quantidades de Paasche, considerando as épocas 0 e 1, são, respectivamente,

- (A) 1,75 e 1,82
(B) 1,82 e 1,25
(C) 1,82 e 1,75
(D) 1,25 e 1,30
(E) 1,75 e 1,30
55. Deseja-se determinar, usando o método da regressão linear, a tendência (T) da seguinte série de tempo dada pelo quadro abaixo, em que Y_t representa o volume de vendas (em milhões de reais) de um produto em t (ano).

t	1	2	3	4	5	6	7	8
Y_t	5	7	9	11	12	15	13	16

$$\text{Dados: } \sum_{t=1}^8 t = 36, \quad \sum_{t=1}^8 t^2 = 204, \quad \sum_{t=1}^8 Y_t = 88 \quad \text{e} \quad \sum_{t=1}^8 tY_t = 459$$

Analisando o diagrama de dispersão, optou-se pela forma de tendência $T = a + bt$, em que **a** e **b** foram obtidos por meio do método dos mínimos quadrados. O valor de **a** é igual a

- (A) 4,50
(B) 3,00
(C) 4,25
(D) 4,75
(E) 4,00
56. O conceito de serviços públicos vem sofrendo alterações e evolução ao longo do tempo, podendo ser definido em sentido amplo ou restrito. É regido por princípios específicos, dada a relevância de sua prestação, que permite ou garante, conforme a situação
- (A) a rescisão do contrato de concessão de serviço público diante da inadimplência de qualquer das partes, tendo em vista o princípio da continuidade e qualidade, que exige a imediata substituição do prestador.
(B) a mutabilidade do regime jurídico que rege a prestação do serviço público, de modo que permite, por exemplo, a exigência contratual de adequação do concessionário às novas tecnologias que possibilitam implementação de melhorias de qualidade aos usuários.
(C) que o concessionário altere os valores fixados para a tarifa cobrada dos demais usuários em caso de imposição pelo poder concedente de isenção ou redução dos valores em relação a outros usuários com fundamento no princípio da igualdade.
(D) que o objeto do contrato seja alterado para inclusão de novos serviços, mesmo de natureza diversa do contrato originário, caso se identifique a possibilidade de garantia da modicidade tarifária e da eficiência.
(E) a substituição do concessionário de serviço público que o estiver prestando de forma inadequada, insuficiente ou ineficiente para os usuários, independentemente de licitação, a fim de garantir a continuidade da prestação.



57. Duas autarquias, de esferas distintas, que atuam na área de serviço de saúde, pretendem conjugar esforços para reativação de uma unidade hospitalar abandonada, antes pertencente à iniciativa privada. Dentre as possíveis soluções a serem adotadas para viabilizar esse objetivo, as autarquias
- (A) podem celebrar convênio administrativo, no bojo do qual estabelecerão as atribuições de cada um dos entes os respectivos montantes a serem dispendidos para tanto, na forma do cronograma disciplinado em plano de trabalho integrante do ajuste, o que viabiliza o controle do cumprimento do acordado e da prestação de contas de eventuais repasses de recursos de um ente ao outro.
 - (B) podem firmar contrato de gestão, para que uma delas assuma a gerência e administração da unidade hospitalar, enquanto a outra cuida da gestão financeira, com captação de recursos mediante cobrança de serviços e repasses públicos de verbas.
 - (C) podem licitar conjuntamente a prestação de serviços de gestão hospitalar, incluindo na esfera de abrangência da licitação os limites territoriais dos dois entes envolvidos e excluindo-se eventuais outros interessados, garantindo, assim, que o prestador de serviços estará na mesma localidade da unidade hospitalar.
 - (D) devem firmar convênio administrativo para prestação de serviço de gestão administrativa por uma das autarquias e da execução dos serviços públicos por outra, privilegiando uma solução consensual para dirimir conflitos.
 - (E) devem adquirir o imóvel em condomínio e licitar conjuntamente a gestão da unidade hospitalar para a iniciativa privada, garantindo a excelência do serviço e a redução de custos para o erário.
-
58. A contratação de serviços de sondagem de solo em um determinado número de terrenos com características semelhantes, cuja remuneração baseia-se na dimensão dos imóveis, pode ser feita
- (A) por contratação direta de empresa especializada, com fundamento em inexigibilidade de licitação, diante da singularidade do serviço e caso haja notória especialização.
 - (B) por meio de licitação, na modalidade pregão, tendo em vista que o objeto, ainda que seja a contratação de prestação de serviços de engenharia, pode ser objetivamente descrito e precificado, caracterizando-se como de natureza comum.
 - (C) deve ser licitado por meio de sistema de registro de preços, de forma que sempre que a Administração pública necessitar da realização do serviço, adere à respectiva ata e formaliza a contratação.
 - (D) por meio de contratação com dispensa de licitação caso os serviços possam ser realizados por ente integrante da Administração pública indireta que tenha personalidade jurídica de direito público.
 - (E) por meio de convite ou concorrência, independentemente do valor, vedada a divulgação do preço máximo de contratação, para garantir mais disputa na sessão de abertura das propostas.
-
59. A organização administrativa estruturada em administração direta e indireta pressupõe a existência de pessoas jurídicas com personalidade jurídica e competências próprias, que possuem características comuns, a exemplo
- (A) da necessidade de serem criadas por lei, na qual estarão previstas todas as competências, obrigações e escopo de atuação, não dependendo de outros atos para serem formalmente instituídas.
 - (B) da submissão a regime jurídico de direito privado, ainda que possam contar com participação pública em sua formação, como os consórcios públicos, as sociedades de economia mista, as fundações e as autarquias especiais.
 - (C) da submissão a regime celetista ou estatutário, à semelhança do que se admite para a Administração direta, que conta com a dualidade de regimes jurídicos para seus servidores.
 - (D) do controle externo a que se submetem, tal qual o exercido pelo Poder Judiciário e pelos Tribunais de Contas, estes últimos que analisam critérios de legalidade dos atos e negócios da Administração, mas também examinam aspectos de economicidade.
 - (E) do regime de execução próprio, sujeito a expedição de precatórios a serem pagos em ordem cronológica, respeitados os débitos de pequeno valor, dotados de preferência, a fim de aplicação do princípio da isonomia em relação aos credores.
-
60. A tutela do patrimônio histórico-cultural constitui competência atribuída a todos os entes da Federação, destacando-se sobre o tema que
- (A) os Municípios não podem instituir tombamento sobre bens dos Estados da União, pois não possuem competência para legislar sobre a matéria, sendo autorizado fazê-lo em relação a bens do Distrito Federal, em razão deste abranger competências municipais.
 - (B) essa restrição pode atingir parcial ou integralmente a propriedade privada, desde que imóveis, cabendo direito à indenização em qualquer das hipóteses.
 - (C) com a instituição do tombamento, os bens objeto da restrição passam a condição de bens sujeitos a regime jurídico público, de uso especial.
 - (D) é imposto por ato administrativo ou judicial, sobre bens móveis ou imóveis, neste caso ficando impedida a alienação sem autorização do órgão que institui a restrição.
 - (E) o tombamento impõe deveres ao proprietário de realizar obras de conservação, assim como restringe sua liberdade de modificar ou demolir os bens tombados, podendo ser imposto sobre imóveis públicos ou particulares.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, capítulo 11: 11.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 11.5 Será atribuída nota ZERO à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos Conteúdo, Estrutura e Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter classificatório e eliminatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Diversas cidades europeias estão em alerta diante das agressões contra turistas e do mal-estar dos habitantes locais, que consideram que o crescimento do turismo representa exploração sem controle e elevação de preços, especialmente os de moradia. No entanto, a polêmica se torna um dilema para a indústria do setor que, em países como Itália, por exemplo, representa mais de 10% do Produto Interno Bruto. Por outro lado, cidades como Amsterdã pretendem elevar os preços justamente como medida regulatória para evitar o turismo predatório.

(Disponível em: oglobo.globo.com, com adaptações)

Considerando o que se afirma acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	